

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ESPECIALIZAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA E HISTÓRIA NACIONAL

VITOR LEMES DE RESENDE

**MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS: REPRESENTAÇÕES  
DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX**

CURITIBA

2019

**VITOR LEMES DE RESENDE**

**MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS: REPRESENTAÇÕES DA CLASSE  
MÉDIA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX**

Monografia de conclusão do curso de Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida

CURITIBA

2019

**MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS: REPRESENTAÇÕES DA CLASSE  
MÉDIA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX**

**por**

VITOR LEMES DE RESENDE

Esta monografia foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção de título de especialista do curso de Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional, do Departamento de Linguagem e Comunicação (DALIC) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Curitiba, 15 de outubro de 2019.

---

Prof. Dr. Rogério Caetano de Almeida - orientador

---

Profa. Dra. Maurini de Souza – avaliadora

---

Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima – avaliador

A folha de aprovação assinada encontra-se na coordenação do curso.

## RESUMO

RESENDE, Vitor Lemes de. *Memórias de um Sargento de Milícias*: representações da classe média brasileira do século XIX. 24 f. Monografia de conclusão do curso de Especialização em Literatura brasileira e História Nacional, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. 2019.

*Memórias de um Sargento de Milícias* é uma obra escrita por Manuel Antônio de Almeida entre 1852 e 1853. O romance acompanha a trajetória de vida de Leonardo, um sujeito da classe média brasileira do século XIX. Assim, a proposta deste trabalho é se debruçar sobre essa novela e trazer à luz do conhecimento as representações da vida privada da classe média do Brasil do início do século XIX que o autor apresenta em seu livro. Utilizamos em nossa pesquisa autores consagrados da História Cultural, como Roger Chartier e Peter Burke, além de Antonio Candido para uma análise Literária. Há em Manuel Antônio de Almeida e o seu *Memórias de um Sargento de Milícias* demasiada representação e simbolismo de uma época de grande efervescência política e social, sendo o processo de tomada de consciência histórica um fenômeno que aparece apenas depois que o período em si já se encerrou, isto é, os agentes ativos da história não têm noção de estarem “fazendo a história”, deixam uma grande fonte documental. A literatura é uma mina de informações riquíssimas legada pelo “homem histórico” que viveu a época representada.

**Palavras-chave:** História. Literatura. Representação. Trabalhadores Livres. Século XIX.

## SUMÁRIO

<b>1 DISCUSSÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1 DISCUSSÃO

Muitos relatos históricos são escritos de um ponto de vista do poder, fala-se de grandes reis, governantes e pessoas da alta sociedade de um determinado período. Mesmo em alguns contos literários, como visto em *Memórias de Brás Cubas*, do expoente Machado de Assis, retrata a vida e os costumes, no Brasil oitocentista, por uma ótica da elite econômica. Muito já se sabe e foi escrito, tanto na História como na Literatura, sobre figuras que se destacaram no campo político e social da época em que viveram, e aqui vale um adendo, tanto no sentido dos que detêm o poder, como daqueles que são oprimidos pela forma em que sua comunidade é governada, citamos, por exemplo, os escravos no século XIX.

Ora, se há uma “preferência” por parte dos pesquisadores e artistas em retratar os dois “extremos da pirâmide social”, obviamente podemos observar que o meio desse triângulo acaba, por muitas vezes, relegado à apenas algumas menções, quando a tem, sobre como viviam uma grande parcela da população: a classe média. Trabalhadores livres que estavam conectados à elite, como também aos marginalizados e os pisados.

Dentro da Literatura encontramos o romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, cujos personagens principais são pertencentes desse povo trabalhador. Assim, a proposta deste trabalho é se debruçar sobre essa novela e trazer à luz do conhecimento as representações da vida privada da classe média do Brasil do início do século XIX que o autor apresenta em seu livro.

Para lograr êxito nessa empreitada, nos apoiaremos no campo da História Cultural, porque com base em seus preceitos, conseguiremos trabalhar com o texto literário como fonte histórica, rica de representações de época. Pois, até o século XX, a historiografia era analisada com uma visão atrelada ao discurso da filosofia positivista. A partir de 1929, com os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, fundando a *Annales d'histoire économique et sociale*, ou Escola dos Annales, que se propunha a ir além dessa visão positivista de história, para isso admitindo que qualquer documento produzido pelo ser humano poderia ser considerado fonte histórica.

Antes dos *Annales*, portanto, as fontes historiográficas eram, em sua maioria, documentos oficiais deixados por governantes e/ou outros historiadores, isso muda com o surgimento desse grupo com o discurso de Marc Bloch em que a história se

interessa pela ação do homem no tempo e os vestígios deixados são a fonte de estudo do historiador.

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer que o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas], por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, p. 54, 2001).

Ora, neste sentido a História Cultural, segundo autores como Chartier (2002), Burke (2008) e Barros (2011), começou a obter destaque a partir da década de 1970 com a combinação dos estudos de antropologia e história e o surgimento da Nova História impulsionada pela terceira geração da Escola dos Annales com Marc Bloch e Lucien Febvre. Burke (2008), entretanto, faz uma ressalva no sentido de que a História Cultural não é fruto de nosso tempo, pois ela já era praticada há mais de 200 anos na Alemanha sob o nome de *Kulturgeschichte*.

A História Cultural, ainda segundo esses autores mencionados, difere da História Política, no sentido de que a primeira não tem o seu cerne na cronologia como a segunda, neste meio de pesquisa o foco são as práticas culturais humanas, como traz Burke (2008, p. 10) “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como o simbólico e suas interpretações”.

Barros (2011) define que a noção de Cultura deve considerar o “comunicar humano”, pois as interações humanas, seja pela linguagem, gestos e a própria maneira de se portar no mundo social. Portanto, as práticas culturais não dizem respeito apenas à objetos produzidos pelos homens, como também aos costumes e tradições e, assim como, pela forma com que os seres humanos se socializam e interagem entre si:

O que são as “práticas culturais”? Antes de tudo, convém ter em vista que esta noção deve ser pensada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às instituições várias, às técnicas e às realizações – por exemplo os objetos culturais produzidos por uma sociedade –, mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-

se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (BARROS, p. 46, 2011).

Dessa maneira, as fontes literárias, como o caso da obra de Manuel Antônio de Almeida, são consideradas “filhas de seu tempo”, no sentido de apresentarem, além de uma interação com o público que lê o texto com o olhar contemporâneo, ainda traz, para a pesquisa histórica, o poder de representação que o autor faz daquela sociedade, época e costumes estudados pelo historiador. Neste sentido a História Cultural abarca as fontes literárias de maneira ímpar, proporcionando que o pesquisador dê voz ao autor e através do “ofício da história” possamos ouvir, no caso deste trabalho, o que Manuel Antônio de Almeida estava dizendo sobre o modo de vida da classe média brasileira do início do século XIX.

Ora, à vista disso, segundo Roger Chartier (2002), a “noção de representação quase veio designar por si só a História Cultural” (p. 15).

O conceito de representação, dentro desse campo de estudo, nos leva por dois caminhos: o primeiro tem a ver com a criação de signos que remetem à memória do objeto que está ausente, ou seja, Chartier (2011) utiliza o exemplo dos sarcófagos do antigo Egito, em que o corpo mortal do faraó não se fazia presente, todavia era representado por uma imagem em sua mortalha. Em *Memórias de um Sargento de Milícias*, observamos o efeito prático desse tipo de representação que Chartier nos introduz. Quando Chiquinha, uma personagem, está em trabalho de parto, a parteira trouxe uma imagem de Nossa Senhora da Conceição e, com efeito, por mais que a Santa em pessoa não estivesse presente, seria responsável por emitir todo o tipo de benção ao ter a sua imagem evocada e o parto poderia transcorrer sem maiores dificuldades.

[...] na sala improvisou-se um oratório com uma toalha, um copo com arruda e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição de louça, enfeitada com cordões de ouro. Chiquinha, para nada esquecer das regras estabelecidas, amarrou à cabeça um lenço branco, meteu-se embaixo dos lençóis, e começou a rezar ao santo de sua devoção. (ALMEIDA, p. 85, 1996)

A representação também pode ser vista como o simbólico, isto é, a pomba branca representa a paz ou o desenho de um coração que nada tem a ver com a imagem do órgão em questão. “Uma relação decifrável é, portanto, postulada entre o signo visível e o referente significado — o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser”. (CHARTIER, p. 184, 1991).



Para essa segunda abordagem da representação, trazemos outro exemplo retirado do romance de Manuel Antônio de Almeida, quando temos uma descrição do major Vidigal e o efeito que sua figura causa na população daquele Rio de Janeiro, pois quem visse o major, automaticamente o associava com a polícia, ou seja, Vidigal é a representação simbólica da lei e da ordem.

Nesse tempo ainda não estava organizada a polícia da cidade, ou antes estava-o de um modo em harmonia com as tendências e idéias da época. O major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas da sua imensa alçada não haviam testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava, fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas. Exercia enfim uma espécie de inquirição policial. Entretanto, façamos-lhe justiça, dados os descontos necessários às idéias do tempo, em verdade não abusava ele muito de seu poder, e o empregava em certos casos muito bem empregado. (ALMEIDA, p. 20, 1996)

Conforme já vimos em Burke (2008), o campo simbólico e suas interpretações o terreno do historiador cultural, então é quase imediato entender o papel das fontes literárias para a construção de uma pesquisa histórica.

Há em Manuel Antônio de Almeida e o seu *Memórias de um Sargento de Milícias* demasiada representação e simbolismo de uma época de grande efervescência política e social, sendo o processo de tomada de consciência histórica um fenômeno que aparece apenas depois que o período em si já se encerrou, isto é, os agentes ativos da história não têm noção de estarem “fazendo a história”, deixam uma grande fonte documental. A literatura é uma mina de informações riquíssimas legada pelo “homem histórico” que viveu a época representada.

Para finalizar essa questão, concluímos com Chartier quando diz:

penso que não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação. Ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões, códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação (p. 16, 2011).

Delimitado o campo teórico, antes de partimos para a análise da obra como um todo, primeiro observamos o contexto em que o autor estava inserido para uma melhor compreensão de suas influências sociais. O carioca Manuel Antônio de Almeida nasceu em 17 de novembro de 1830, de família muito humilde, filho do tenen-

te Antônio de Almeida (que viria a falecer quando o menino tinha apenas 11 anos) e de Josefina Maria de Almeida.

Foi aprovado para o curso de medicina em 1848, porém devido as dificuldades financeiras, só conseguiu concluir em 1855, entretanto jamais praticou a profissão, preferindo se voltar às letras, tendo trabalhado como jornalista, cronista, crítico literário e romancista. Em 1858 foi nomeado administrador da Tipografia Nacional, tendo conhecido o jovem Machado de Assis que trabalhava como aprendiz de tipógrafo. No ano seguinte assumiu o cargo de 2º oficial da Secretaria da Fazenda. Desse trabalho veio o desejo de concorrer à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, então em 1861 dirigiu-se à Campos para iniciar sua campanha eleitoral, contudo na madrugada de 28 de novembro daquele ano, o vapor Hermes que o transportava bateu contra pedras no litoral e naufragou próximo à cidade de Macaé, ceifando a vida de inúmeras pessoas, entre elas a do jovem político.

Manuel Antônio de Almeida escreveu, no período de junho de 1852 a julho de 1853, semanalmente, capítulos de seu romance *Memórias de um Sargento de Milícias* no jornal Correio Mercantil do Rio de Janeiro. Utilizou-se do pseudônimo “Um brasileiro” para a autoria do texto. Segundo o site da Academia Brasileira de Letras, cujo assento nº 28 pertence ao autor, diz que:

[...] seu livro teve grande êxito de público, embora a crítica só mais tarde visse a compreendê-lo devidamente, reservando-lhe um lugar de relevo na literatura, como o primeiro romance urbano brasileiro. Escrito em 1852, em plena voga do Romantismo, retrata a vida do Rio de Janeiro no início do século XIX, época da presença da Corte portuguesa no Brasil, entre 1808 e 1821. É um romance de cunho realista, sem os artifícios com que a técnica romântica fantasiava, deformava, embelezava ou idealizava a realidade. A crítica mais recente aponta como influência mais positiva em sua elaboração e no seu personagem protagonista o romance picaresco e costumbrista espanhol.

Manuel Antônio de Almeida escreveu a sua história no momento em que o romantismo dominava as produções artísticas no Brasil, tanto é que muito se debateu sobre em qual gênero *Memórias de um Sargento de Milícias* se encaixaria, pois apesar de trazer traços do romantismo, a concepção do livro foge completamente ao idealismo romântico da época.

Antônio Cândido, em *Dialética da Malandragem* (1970), informa sobre algumas tentativas de alguns estudiosos em “encaixar” o livro de Manuel Antônio de Almeida. Em 1894, por exemplo, José Veríssimo definiu a história como um romance

de costumes “pelo fato de descrever lugares e cenas do Rio de Janeiro no tempo de Dom João IV, se caracteriza por uma espécie de realismo antecipado” (CÂNDIDO, p. 67, 1970). Mário de Andrade, já na década de 1940, descreve a obra como um romance do tipo picaresco, modalidade de escrita da época medieval espanhola, em que era narrado em primeira pessoa os infortúnios do herói, sendo que este ao final, aceitava a sua condição de sofredor, diferente do caso do Leonardo. Antônio Cândido argumenta, portanto que “a natureza popular de *Memórias de um Sargento de Milícias* é um dos fatores do seu alcance geral [...] (p. XX, 1970) e por representar o cotidiano comum do povo brasileiro, poder-se-ia dizer que a história de Leonardo e sua turma funciona como um Romance Representativo.

Noutras palavras: há no livro um primeiro estrato universalizador, onde fermentam arquétipos válidos para a imaginação de um amplo ciclo de cultura, que se compraz nos mesmos casos de *tricksters* ou nas mesmas situações nascidas do capricho da “sina”; e há um segundo estrato universalizador de cunho mais restrito, onde se encontram representações da vida capazes de estimular a imaginação de um universo menor dentro deste ciclo: o brasileiro. (CÂNDIDO, p. 77, 1970)

Apesar de se chamar memórias, como já vimos, a história não é contada pelo personagem principal - ou qualquer outro personagem ativo nos acontecimentos - e sim por um narrador que parece ter vivido após a época em que os fatos se desenrolam. A primeira frase do livro deixa isso claro quando temos “era no tempo do rei”, ou seja, ao que tudo indica Leonardo e sua gente viveram na época do Brasil colonial, com certas tradições e costumes, enquanto que o narrador já se encontrava no tempo do Brasil imperial, época, inclusive, em que viveu o autor do texto.

*Memórias de um Sargento de Milícias* é uma novela que retrata as aventuras (e desventuras) de Leonardo, filho de um beliscão e uma pisadela que nasceu com maus bofes. A história, que se passa no “tempo do rei”, isto é, na época em que a corte portuguesa se instalou no Rio de Janeiro (a partir de 1808), inicia-se antes do nascimento de nosso memorando, narrando a vinda de seus pais, os portugueses Leonardo-Pataca e Maria das Hortaliças, para o Brasil. Durante a travessia do Atlântico, os dois jovens lusos se enamoraram e para chamar a atenção um do outro, o Pataca utilizou do artifício de “sem querer” tascar um pisão no pé da moça e essa respondeu o gracejo com um beliscão na mão do primeiro.

Era isso uma declaração em forma, segundo os usos da terra: levaram o resto do dia de namoro cerrado; ao anoitecer passou-se a mesma cena de pisadela e beliscão [...]; e no dia seguinte estava os dois amantes tão extremosos e familiares, que pareciam sê-lo de muitos anos.

Quando saltaram em terra começou a Maria a sentir certos enojos: foram os dois morar juntos: e daí a um mês manifestaram-se claramente os efeitos da pisadela e do beliscão; sete meses depois teve a Maria um filho [...] (ALMEIDA, p. 6, 1996)

A criança recebeu o nome de Leonardo, tal qual o pai, e seus padrinhos de batizado foram o barbeiro, que posteriormente se torna o tutor do menino quando os pais deste se separam, a mãe foge com um capitão de navio e o pai se envolve nas mais frustradas relações amorosas, e a comadre, parteira, que também teve papel fundamental na vida de Leonardo.

A história continua narrando as travessuras infantis que o menino pratica até a sua mocidade, em que se torna, a muito contragosto de seu padrinho, um amante do ócio. Nessa altura do romance, entra em voga uma nova personagem, D. Maria, uma viúva rica que o tutor de Leonardo visitava ocasionalmente. Aconteceu que a D. Maria, que era uma amante das demandas judiciais, ganhou nos tribunais a guarda de sua sobrinha, Luisinha, uma menina esquisita do campo, após a morte de seu irmão e pai da menina. Durante essas visitas do padrinho à D. Maria, Leonardo se apaixona por Luisinha que, ao seu modo, corresponde ao moço, todavia por ter recebido uma boa herança de seu pai, a menina atrai os interesses de um tal de José Manuel, que se aproxima de D. Maria com o intuito de casar com a protegida dela.

O tempo passa e o padrinho cai enfermo, morrendo pouco depois. Este homem, que foi adotado por um barbeiro quando criança, partiu, ainda jovem, como médico, apesar de saber apenas sangrias, de um navio mercante. No caminho de ida suas sangrias resultaram em grande sucesso das enfermidades dos marujos e, dessa forma, o compadre caiu nas graças da tripulação. Já na volta, próximo de atracar no Rio de Janeiro, o capitão do navio, muito doente, em seu leito de morte chama o médico, já que o considerava grande amigo e de extrema confiança. Seu último desejo era que suas riquezas fossem entregues à sua filha logo que a embarcação chegasse em terra firme. Entretanto, ao saltar do navio, o compadre decidiu fazer-se herdeiro do capitão e, por fim, quando ele mesmo faleceu, deixou seu patrimônio ao afilhado.

Com a morte de seu tutor, Leonardo vai morar com o pai, este solicitou a guarda do filho interessado na herança que o rapaz havia recebido, nesse momento

Leonardo-Pataca estava casado com a filha da comadre, Chiquinha, e logo de início não se deu bem com o filho de seu marido. Todos os dias Chiquinha e Leonardo brigavam, até certa vez que o pai, tomando as dores da esposa ofendida, atacou o filho com um espadachim (embainhado), porém foi o suficiente para que Leonardo fugisse de casa. Passou um tempo morando na periferia, vivendo com uma família em que seu antigo colega de infância era amasiado de uma das três primas. Assim o herói da história, que era um vadio, se tornou agregado, figura muito comum naquela época e amplamente difundida nos textos de Machado de Assis, por exemplo.

Nesse ínterim, Luisinha se casa com José Manuel, Leonardo, por se envolver com uma das primas e atrair a rivalidade de dois primos interessados na menina, acaba preso, por vadiagem, pelo Vidigal, o comandante da polícia. Leonardo se torna um granadeiro a serviço do major, porém ao ajudar um malandro, volta para a prisão com a sentença de ser chicoteado. D. Maria e a comadre, com a ajuda de Maria-Regalada, uma amiga da primeira e, na juventude, amante do Vidigal, conseguem que o representante da lei não só solte o rapaz, como o promove ao cargo de Sargento. Nisso o esposo de Luisinha, que a fazia infeliz, morre e o antigo romance de Leonardo e a menina é reatado. Dessa vez o Vidigal consente de muito bom grado em transferir Leonardo para o posto de Sargento de Milícias para poder se casar com Luisinha.

Por fim, casado com a moça, Leonardo termina a história dono de cinco heranças: a do padrinho, a do pai da moça, de D. Maria, de seu próprio pai e da comadre.

A história, como já visto, se passa então no “tempo do rei”, por isso podemos dizer que este período, o final do século XVIII e início do XIX, é marcado por intensas transformações sociais, políticas e culturais. França (1789) e Inglaterra (1760) experimentaram revoluções que alteraram os alicerces do mundo moderno, a primeira derrubando os privilégios de reis e nobres (Antigo Regime) e a segunda consolidando a era das máquinas e o modo de produção capitalista. Porém o Brasil, segundo os pesquisadores Mary Del Priore e Renato Venancio (2010), ainda era um país agrícola, com uma monocultura voltada para a exportação, sustentada pelo trabalho escravo.

Enquanto isso, a Europa do início do século XIX se transformara no teatro das guerras napoleônicas.[...]

De acordo com vários viajantes estrangeiros que aqui estiveram, na primeira metade do século XIX a paisagem urbana brasileira era então bem modesta. Com exceção da capital, Rio de Janeiro, e de alguns centros – onde a agricultura exportadora e o ouro tinham deixado marcas, caso de Salvador, São Luís e Ouro Preto –, a maior parte das vilas e cidades não passava de pequenos burgos isolados com casario baixo e discreto, como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Mesmo na futura Corte, o Rio de Janeiro, as mudanças eram mais de forma do que de fundo. (DEL PRIORI; VENANCIO, p. 127-128, 2010).

Assim, neste contexto de atraso em relação à Europa é que a família portuguesa (e toda a corte) desembarca em terras tupiniquins no ano de 1808 fugindo do assédio das tropas francesas em território luso. Sérgio Buarque de Holanda, organizador do compêndio História Geral da Civilização Brasileira (2003), ressalta que a vinda da corte portuguesa favoreceu o aparecimento dos ingleses no Brasil e isso, aliado às próprias necessidades da família real, acarretaram em certas melhorias para o país, principalmente no Rio de Janeiro onde se instalaram os nobres.

A penetração inglesa marcará o século XIX brasileiro. Predominam os ingleses em nosso mercado: trazendo mercadorias de toda espécie, levam matérias-primas, como algodão, e produtos agrícolas ou derivados da pecuária. Investem grandes capitais: em títulos de empréstimos do governo, em companhias mineiras, em estradas de ferro e em inúmeras outras empresas. Influem em todos os aspectos da vida brasileira. (HOLANDA, p. 75, 2003)

Logo com a chegada da corte - e dos ingleses - o rei decretou a abertura dos portos às nações amigas, isto quer dizer, à Inglaterra, e revogou o decreto que proibia a instalação de manufaturas no Brasil. Com isso o Rio de Janeiro se torna o centro do país.

O Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, com destino não só ao Brasil, como ao Rio da Prata e à costa do Pacífico. Já em agosto de 1808, existia na cidade um importante núcleo de 150 a 200 comerciantes e agentes comerciais ingleses [...]  
A abertura dos portos favoreceu também os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação [...] (FAUSTO, p. 122, 2006)

Mas, como pontua Del Priore e Venancio (2010), a vinda da família real e a abertura dos portos não modificaram o cotidiano bucólico da terra colonial, segundo os pesquisadores, “as notícias divulgadas pela Gazeta do Rio de Janeiro (1808-22), órgão da imprensa da época, eram tediosas” (p. 128) e os eventos mais importantes

na cidade eram as missas e os piqueniques familiares ao som do violão. Fenômenos estes bem representados em *Memórias de um Sargento de Milícias*:

Era a comadre uma mulher baixa, excessivamente gorda, bonachona, ingênua ou tola até um certo ponto, e finória até outro; vivia do ofício de parteira, que adotara por curiosidade, e benzia de quebranto; todos a conheciam por muito beata e pela mais desabrida papa-missas da cidade. Era a folhinha mais exata de todas as festas religiosas que aqui se faziam; sabia de cor os dias em que se dizia missa em tal ou tal igreja, como a hora e até o nome do padre; era pontual à ladainha, ao terço, à novena, ao setenário; não lhe escapava via-sacra, procissão, nem sermão; trazia o tempo habilmente distribuído e as horas combinadas, de maneira que nunca lhe aconteceu chegar à igreja e achar já a missa no altar. De madrugada começava pela missa da Lapa; apenas acabava ia à das 8 na Sé, e daí saindo pilhava ainda a das 9 em Santo Antônio. O seu traje habitual era, como o de todas as mulheres da sua condição e esfera, uma saia de lila preta, que se vestia sobre um vestido qualquer, um lenço branco muito teso e engomado ao pescoço, outro na cabeça, um rosário pendurado no cós da saia, um raminho de aruda atrás da orelha, tudo isto coberto por uma clássica mantilha, junto à renda da qual se pregava uma pequena figa de ouro ou de osso. Nos dias dúplices, em vez de lenço à cabeça, o cabelo era penteado, e seguro por um enorme pente cravejado de crisólitas. (ALMEIDA, pg. 27, 1996)

Aliás, sobre o tema da religiosidade, o texto de Luiz Mott, capítulo do *História da Vida Privada no Brasil*, sob organização de Fernando A. Novais e Laura de Mello e Souza (1997), ressalta como o brasileiro, desde os primórdios da colonização era devoto dos costumes católicos, como as orações, as missas e as procissões, tal fato era tão importante na vida da população que “desde o despertar o cristão se via rodeado de lembranças dos Céus” (MOTT in. NOVAIS; SOUZA, pg. 164, 1997). Na esteira de Mott, Del Priore e Venancio (2010), confirmam que o evento mais importante no Rio de Janeiro da chegada da família real eram as missas dominicanas.

Durante a narrativa de *Memórias de um Sargento de Milícias*, diversas são as ocasiões em que são retratados a devoção dos personagens, principalmente da Comadre. O Compadre, ao tutorar Leonardo, inclusive, sonhava que o menino se tornasse Clérigo, colocando-o como sacristão da Sé em sua juventude. Porém, talvez, o que Manuel Antônio de Almeida mais represente em sua obra, seja as procissões, e ele diz:

Um dia de procissão foi sempre nesta cidade um dia de grande festa, de lufalufa, de movimento e de agitação; e se ainda é hoje o que os nossos leitores bem sabem, na época em que viveram as personagens desta história a coisa subia de ponto; enchiam-se as ruas de povo, especialmente de mulheres de mantilha; armavam-se as casas, penduravam-se às janelas magníficas colchas de seda, de damasco de todas as cores, e armavam-se coletes em quase todos os cantos. E quase tudo o que ainda hoje se pratica,

porém em muito maior escala e grandeza, porque era feito por fé, como dizem as velhas desse bom tempo, porém nós diremos, porque era feito por moda: era tanto do tom enfeitar as janelas e portas em dias de procissão, ou concorrer de qualquer outro modo para o brilhantismo das festividades religiosas, como ter um vestido de mangas de presunto, ou trazer à cabeça um formidável trepa-moleque de dois palmos de altura.

Nesse tempo as procissões eram multiplicadas, e cada qual buscava ser mais rica e ostentar maior luxo: as da quaresma eram de uma pompa extraordinária, especialmente quando el-rei se dignava acompanhá-las, obrigando toda a corte a fazer outro tanto: a que primava porém entre todas era a chamada procissão dos ourives. Ninguém ficava em casa no dia em que ela saía, ou na rua ou nas casas dos conhecidos e amigos que tinham a ventura de morar em lugar por onde ela passasse, achavam todos meio de vê-la. Alguns haviam tão devotos, que não se contentavam vendo-a uma só vez; andavam de casa deste para a casa daquele, desta rua para aquela, até conseguir vê-la desfilar de principio a fim duas, quatro e seis vezes, sem o que não se davam por satisfeitos. (ALMEIDA, p. 63, 1996)

Outro dado importante levantado por Del Priore e Venancio (2010) se dá a respeito da instrução das pessoas daquela época, em que a maioria eram analfabetas e algumas poucos sabiam “só o livro de reza” (p. 129). Neste sentido, Manuel Antônio de Almeida, presente, em seu romance, a figura do mestre-de-reza, responsável por ensinar, principalmente as mulheres e as criadas, todo o tipo de reza, além da leitura do já mencionado livro de reza.

O mestre-de-reza era tão acatado e venerado naquele tempo como o próprio mestre de escola; além do respeito ordinariamente tributado aos preceptores, dava-se uma circunstância muito notável, e vem a ser que os mestres-de-reza eram sempre velhos e cegos. Não eram em grande número, por isso mesmo viviam portanto em grande atividade, e ganhavam sofriavelmente. Andavam pelas casas a ensinar a rezar aos filhos, crias e escravos de ambos os sexos.

O mestre-de-reza não tinha traje especial: vestia-se como todos, e só o que o distinguia era ver-se-lhe constantemente fora de um dos bolsos o cabo de uma tremenda palmatória, de que andava armado, compêndio único por onde ensinava a seus discípulos.

Assim que entravam para a lição reunia em um semicírculo diante de si todos os discípulos; puxava do bolso a tremenda férula, colocava-a no chão, encostada à cadeira onde se achava sentado, e começava o trabalho.

Fazia o mestre em voz alta o pelo-sinal, pausada e vagarosamente, no que o acompanhavam em coro todos os discípulos. Quanto a fazerem os sinais era ele quase sempre logrado, como facilmente se concebe, porém pelo que toca à repetição das palavras, tão prático estava que, por maior que fosse o número dos discípulos, percebia no meio do coro que havia faltado esta ou aquela voz, quando alguém se atrevia a deixar-se ficar calado. Suspensava-se então imediatamente o trabalho, e o culpado era obsequiado com uma remessa de bolos, que de modo nenhum desmentiam a reputação de que goza a pancada de cego. Feito isto, recomeçava o trabalho, voltando-se sempre ao principio de cada vez que havia um erro ou falta. Acabado o pelo-sinal, que com as diversas interrupções que ordinariamente tinha gastava boa meia hora, repetia o mestre sozinho sempre e em voz alta e compassada a oração que lhe aprazia; repetiam depois o mesmo os discípulos do primeiro ao último, de um modo que nem era falado nem cantado; já se sabe, interrompidos a cada erro pela competente remessa de bolos.



Depois de uma oração seguia-se outra, e assim por diante, até terminar a lição pela ladainha cantada. (ALMEIDA, p. 97-98, 1996)

E assim *Memórias de um Sargento de Milícias* aborda uma gama de costumes (e principalmente crenças e superstições) do povo “comum” da colônia, desde os preparativos para um parto, como a importância das missas e procissões, até o papel desempenhado pelo mestre-de-rezas. Estar alheio à religiosidade era ficar alheio, não só com a Igreja, instituição de grande poder social na época, como também da própria comunidade em que se estava inserido, afinal “católico que honrasse o nome não se limitava a cumprir a obrigação pascal e os mandamentos da Santa Madre Igreja: convinha alimentar sua vida espiritual privada e comunitárias” (MOTT in. NOVAIS; SOUZA, pg. 157, 1997), o que fica muito bem representado nas ações dos personagens de Manuel Antônio de Almeida.

Tomando como gancho as festas religiosas, abordamos um outro assunto relacionado que é muito bem desenhado por Manuel Antonio de Almeida: as festas e reuniões particulares. Del Priore e Venancio assim discorrem sobre os “saraus” da nobreza brasileira:

Qualquer baile, e principalmente aqueles a que assistiam membros da família real, obedecia a um ritual claramente definido pela etiqueta da época. Tocava-se a “sinfonia de abertura” e determinadas pessoas abriam o baile. Seguiam-se minuetos, valsas e outras contradanças pela ordem estabelecida pelos mestres-salas. Cabia-lhes convidar cada senhora para cada uma dessas danças, dando-lhes os pares, que eram sempre diferentes. Evitavam-se danças de longa duração por conta de fadigas. O baile era geralmente acompanhado de um banquete, no qual homens e mulheres comiam em separado. (DEL PRIORE; VENANCIO, p. 132, 2010)

Ora, estando aqueles não-nobres excluídos dessa confraternização, mas não excluídos do convívio social, obviamente haveria uma influência na forma de organização que as festas dos nobres teriam em relação à festa dos “comuns”, ou seja, essas pessoas tendem a copiar os ritos da elite, entretanto trazendo elementos de sua própria realidade, como é representado na cena do batismo de Leonardo.

[...] os convidados do dono da casa, que eram todos dalém-mar, cantavam ao desafio, segundo seus costumes; os convidados da comadre, que eram todos da terra, dançavam o fado. O compadre trouxe a rabeca, que é, como se sabe, o instrumento favorito da gente do ofício. A princípio o Leonardo quis que a festa tivesse ares aristocráticos, e propôs que se dançasse o minuetto da corte. Foi aceita a idéia, ainda que houvesse dificuldade em encontrarem-se pares. Afinal levantaram-se uma gorda e baixa matrona, mulher de um convidado; uma companheira desta, cuja figura era a mais com-

pleta antítese da sua; um colega do Leonardo, miudinho, pequenino, e com fumaças de gaiato, e o sacristão da Sé, sujeito alto, magro e com pretensões de elegante. O compadre foi quem tocou o minuete na rabeca; e o afilhadinho, deitado no colo da Maria, acompanhava cada arcada com um guincho e um esperneio. Isto fez com que o compadre perdesse muitas vezes o compasso, e fosse obrigado a recomeçar outras tantas.

Depois do minuete foi desaparecendo a cerimônia, e a brincadeira aferventou, como se dizia naquele tempo. Chegaram uns rapazes de viola e machete: o Leonardo, instado pelas senhoras, decidiu-se a romper a parte lírica do divertimento. Sentou-se num tamborete, em um lugar isolado da sala, e tomou uma viola. Fazia um belo efeito cômico vê-lo, em trajes do ofício, de casaca, calção e espadim, acompanhando com um monótono zum-zum nas cordas do instrumento o garganteado de uma modinha pátria. Foi nas saudades da terra natal que ele achou inspiração para o seu canto, e isto era natural a um bom português, que o era ele. A modinha era assim:

*Quando estava em minha terra,*

*Acompanhado ou sozinho,*

*Cantava de noite e de dia*

*Ao pé dum copo de vinho!*

Foi executada com atenção e aplaudida com entusiasmo; somente quem não pareceu dar-lhe todo o apreço foi o pequeno, que obsequiou o pai como obsequiara ao padrinho, marcando-lhe o compasso a guinchos e esperneios. À Maria avermelharam-se-lhe os olhos, e suspirou. O canto do Leonardo foi o derradeiro toque de rebate para esquentar-se a brincadeira, foi o adeus às cerimônias. Tudo daí em diante foi burburinho, que depressa passou à gritaria, e ainda mais depressa à algazarra, e não foi ainda mais adiante porque de vez em quando viam se passar através das rótulas da porta e janelas umas certas figuras que denunciavam que o Vidigal andava perto.

A festa acabou tarde; a madrinha foi a última que saiu, deitando a bênção ao afilhado e pondo-lhe no cimeiro um raminho de arruda. (ALMEIDA, p. 7-8, 1996)

Como evidenciado por Del Priore e Venancio, e aqui apresentado por Manuel Antônio de Almeida, o Leonardo-Pataca queria uma festa aristocrática, tal qual feita nos grandes salões da corte real em Lisboa, para isso, primeiro, destaca-se que os convidados do dono da casa eram todos do “além-mar”, ou seja, portugueses, enquanto que os convidados trazidos pela Comadre, eram gente da “terra”, os brasileiros e estes dançavam o fado, que era uma espécie de música popular da época. Percebemos o que Manuel Antônio de Almeida propôs aqui: com sarcasmo e ironia, o autor descreve uma tentativa muito frustrada dos portugueses em quererem trazer para a festa a pompa de uma aristocracia que, talvez a maioria ali, só tenha ouvido falar através de terceiros, enquanto que os brasileiros pouco se importam com as ritualizações festivas de uma realeza que para eles, até então, vivia de outro lado do Atlântico. Observamos, entretanto, que quando a festa se “aferventou”, as formalidades foram deixadas de lado e o evento tomou os rumos daquilo que se é esperado fora das paredes reais.

Ainda, destaca-se aqui duas figuras que se fazem presente neste excerto: o sacristão da Sé, na sua representação do público e privado da religião, isto é, mesmo estando em uma festa típica popular, a religião, a mesma em que as pessoas se reúnem na Igreja, também se faz presente fora dela, dentro da privacidade da casa dos anônimos da cidade. E o major Vidigal, representante da Lei, Ordem, e nesse caso, da Moralidade.

Mais adiante, outro tipo de convenção social bastante apreciada pelo povo do Brasil do “tempo do rei”, era, como já trazido por Del Priore e Venancio, as ceias ao ar livre que, geralmente, terminavam em alguma modinha de violão. Em *Memórias de um Sargento de Milícias*, Leonardo, após desavenças com o seu pai, foge de casa e acaba por parar na periferia da cidade, onde encontra alguns jovens fazendo um piquenique, entre eles há um conhecido: seu antigo companheiro o sacristão da Sé. Leonardo é convidado para acompanhá-los até em casa e dessa forma Manuel Antônio de Almeida ilustra:

Chegaram todos depois de longo caminhar, e quando já brilhava nos céus um desses luares magníficos que só fazem no Rio de Janeiro, a uma casa da rua da Vala. Naqueles tempos uma noite de luar era muito aproveitada, ninguém ficava em casa; os que não saíam a passeio sentavam-se em esteiras às portas, e ali passavam longas horas em descantes, em ceias, em conversas, muitos dormiam a noite inteira ao relento. Como os nossos conhecidos já tinham dado um grande passeio, adotaram o expediente das esteiras à porta, e continuaram assim pela noite em diante a súa em que haviam gasto o dia, pois aquilo que Leonardo vira nos Cajueiros, e em que também tomara parte, era o final de uma patuscada que havia começado ao amanhecer, de uma dessas romarias consagradas ao prazer, que eram então tão comuns e tão estimadas.

[...] Mal se haviam todos sentado em uma larga esteira junto à soleira da porta sobre a calçada, o Leonardo propôs logo que se cantasse uma nova modinha. (ALMEIDA, p. 112-113, 1996)

Mais uma vez, aqui, fazemos menção à figura do companheiro de Leonardo, o sacristão da Sé para mostrar como a religião está sempre atrelado ao cotidiano do brasileiro no século XIX. Outro dado importante é a relação familiar que aqui se pronuncia. Segundo Novais e Mello (1997), é difícil definir “família” no Brasil colonial, pois havia várias particularidades nessa sociedade, valendo-se, primeiro, do fato de que viviam juntos senhores e escravos, ou o pai que nunca estava presente porque seu trabalho o levava para terras distantes, ou ainda mulheres que abandonavam os maridos, sem falar as inúmeras viúvas, órfãos e filhos bastardos.

[...] o próprio caráter de uma sociedade estratificada, na qual a condição legal e racial dividia os indivíduos entre brancos e negros, livres e escravos, dificulta a tentativa de buscarmos de norte a sul do país, no mundo urbano e rural e ao longo de quase quatro séculos, padrões semelhantes de vida e de organização familiar, até mesmo no interior de uma determinada camada da população.

[...] Domicílios de vários tipos, é certo, temporal e regionalmente delimitados, habitados por indivíduos de origens diferentes [...] O domicílio, portanto, se sobrepõe à família [...] É o espaço do domicílio que reúne, assim, em certos casos, apenas pessoas de uma mesma família nuclear e um ou dois escravos; em outros, somavam-se a essa composição agregados e parentes próximos, como mães viúvas ou irmãs solteiras. (NOVAIS; MELLO, p. 86-87, 1997).

Em *Memórias de um Sargento de Milícias* vemos claramente como isso funciona, primeiro Maria das Hortaliças abandona Leonardo-Pataca e o filho pequeno. A criança passa então a viver com o padrinho, enquanto que o pai se casa com a filha da Comadre, que até então vivia com ela. D. Maria era uma viúva rica e sem filhos, viviam apenas com suas criadas até ganhar na justiça a guarda de sua sobrinha, quando esta fica órfão. Leonardo, após a morte de seu tutor, passa a viver na casa do pai em companhia da madrasta e sua meia-irmã. Por fim, Leonardo, após desavenças com a esposa de seu pai, acaba por encontrar seu antigo amigo o sacristão que vivia amasiado com uma menina, essa por sua vez morava com sua mãe, duas irmãs, uma tia e três primos. Sobre isso, o autor escreve:

Saibam pois que a família era composta de duas irmãs, ambas viúvas, ou que pelo menos diziam sê-lo, uma com três filhos e outra com três filhas; passando qualquer das duas dos seus quarenta e tantos; ambas gordas e excessivamente parecidas. Os três filhos da primeira eram três formidáveis rapagões de 20 anos para cima, empregados todos no Trem; as três filhas da segunda eram três raparigas desempenadas, orçando pela mesma idade dos primos, e bonitas cada uma no seu gênero. Uma delas já os leitores conhecem; é Vidinha, a cantora de modinhas; era solteira como uma de suas irmãs; a última era também solteira, porém não como estas duas. O amigo do Leonardo que explique o que isso quer dizer, e explicando dará também a conhecer o que era ele próprio na família. (ALMEIDA, p. 112, 1996)

Parece-nos, portanto, que ao descrever tais organizações familiares em seu romance, Manuel Antônio de Almeida, ao mesmo tempo, abrangeu uma enorme gama de composição de domicílios presentes no Brasil do século XIX, estando, assim, à frente da historiografia quando Novais e Mello escrevem em 1997 que:

Tantas foram as formas que a família colonial assumiu, que a historiografia recente tem explorado em detalhe suas origens e o caráter das uniões, enfatizando-lhe a multiplicidade e especificidades em função das característi-

cas regionais da colonização e estratificação social dos indivíduos. (NOVAIS; MELLO, pg. 87, 1997)

Continuando essa verificação da disposição domiciliar que se faz presente na narrativa, mais para frente na história, Leonardo se torna um agregado. Ainda segundo Novais e Mello (1997), o trabalho doméstico era incessante, quase todos os utensílios usados em casa eram fabricados pelos seus próprios moradores e quando isso não era possível, produzia-se outros tipos de objetos para servir como base de troca naquilo que era de necessidade no lar. Portanto, a figura do agregado, principalmente em casas que não tinham (ou tinham poucos) escravos, acaba se tornando crucial para o bom funcionamento das despesas e manutenção da propriedade. Com efeito, Manuel Antônio de Almeida complementa os pesquisadores já mencionados, relatando como os agregados poderiam participar da dinâmica familiar.

Em certas casas os agregados eram muito úteis, porque a família tirava grande proveito de seus serviços, e já tivemos ocasião de dar exemplo disso quando contamos a história do finado padrinho de Leonardo; outras vezes porém, e estas eram em maior número, o agregado, refinado vadio, era uma verdadeira parasita que se prendia à árvore familiar, que lhe participava da seiva sem ajudá-la a dar os frutos, e o que é mais ainda, chegava mesmo a dar cabo dela. E o caso é que, apesar de tudo, se na primeira hipótese o esmagavam com o peso de mil exigências, se lhe batiam a cada passo com os favores na cara, se o filho mais velho da casa, por exemplo, o tomava por seu divertimento, e à menor e mais justa queixa saltavam-lhe os pais em cima tomando o partido de seu filho, no segundo aturavam quanto desconcerto havia com paciência de mártir, o agregado tornava-se quase rei em casa, punha, dispunha, castigava os escravos, ralhava com os filhos, intervinha enfim nos mais particulares negócios. (ALMEIDA, p. 120, 1996)

Além do já exposto sobre a relevância dos agregados no ambiente familiar, Manuel Antônio de Almeida representa, com o ócio de Leonardo, um outro fator da vida cotidiana da sociedade oitocentista, que é a relação entre a vadiagem e a lei. Aliás, um fato curioso é que a pena por vadiagem deixou de existir apenas com a aprovação da lei nº 4668/04 em 2012, ou seja, em pleno século XXI.

O Diário do Rio de Janeiro, edição de 10 de janeiro de 1826, por exemplo, noticiava a prisão do pardo Serafim Lopes e do “preto” José Ignacio, ambos por vadiagem. Diante dessas informações, percebemos que o personagem principal da trama de *Memórias de um Sargento de Milícias* vivia na clandestinidade daquela época e assim sucede de Leonardo ser preso e conforme é narrado:

— Não tenham medo de mim, que não sou nenhum papa-crianças, nem eu venho desmanchar prazeres de ninguém. Quero só saber quem é aqui o amigo Leonardo.

Vidinha fez logo cara de choro. Leonardo levantou-se sem saber como, e disse todo trêmulo:

— Sou eu...

— Ora vejam, respondeu o Vidigal em tom de mofa, eu não sabia!... Pois, meus amigos, não se assustem que o caso não foi para tanto: um súcio de menos numa patuscada não faz falta nenhuma. Este amigo vai conosco. Se ele puder, voltará em breve, mas creio que já não chegará a tempo para acabar a patuscada.

— Qual, meu Deus! mas por que é então isto? que mal é que ele fez?

— Ele não fez nem faz *nada*; mas é mesmo por não fazer nada que isto lhe sucede. Leva, granadeiro.

E um dos granadeiros com que viera o major acompanhado foi tratando de conduzir o Leonardo. (ALMEIDA, p. 125, 1996)

No decorrer da história, Leonardo consegue escapar, atraindo a ira do Vidigal, que promete cedo ou tarde capturá-lo, porém para fugir da punição da justiça, Leonardo é forçado a assumir um ofício, ficando assim fora da jurisdição do major.

Mais uma vez Manuel Antônio de Almeida cria, em seu texto, uma representação específica da organização da vida urbana do Brasil, em que depende, principalmente a elite agrária, da força de trabalho dos escravos e homens livres e que, portanto, se eles não são produtivos, de nada adianta o convívio em sociedade e por isso devem ser excluídos.

Por outro lado, como já mencionado, o major Vidigal representa na história o papel da justiça e da ordem e, após recapturar Leonardo, transforma-o em um granadeiro, porém diante dos inúmeros atos de insubordinação, sentencia-o à ser açoitado, mas é dissuadido pelos apelos de D. Maria, a Comadre e Maria-Regalada, uma amante antiga do homem de farda. Essa, em verdade, promete viver com o major em troca desse favor. Assim, Manuel Antônio de Almeida, em sua forma irônica, demonstra a corruptibilidade da justiça e a deturpação da ordem tão presentes no Brasil colônia. Vidigal, a lei, um homem que passa toda a trama perseguindo crápulas, bandidos e malfeitores, é facilmente convencido de burlar os códigos de conduta que ele tanto defende em troca de benefício e vantagens pessoais.

Por fim, vale a menção de dois assuntos que aparecem tão discretamente na obra *Memórias de um Sargento de Milícias*, que é a figura do rei e de sua nobreza e os escravos. Deixando de lado essas classes, que são tão presentes no dia-a-dia da colônia, Manuel Antônio de Almeida permite que o caminho fique livre para uma interpretação do cotidiano da classe livre trabalhadora, sua forma de agir e interagir,

bem como os seus costumes privados e públicos, como vimos nessas páginas desse trabalho.

Dessa maneira, a história de Leonardo abarca várias organizações e costumes daqueles que se encontram no meio da pirâmide social do período joanino brasileiro, o autor demonstra as relações de poder e religião, do público e do privado, e com muito humor retratar um pedaço do Brasil que por muito não é dado tanta atenção. Superstição, crenças, malandragem, festas, tradições e costumes, tudo isso representando no livro, fazendo dele um valioso instrumento para conhecermos melhor um pouco de alguns detalhes do cotidiano brasileiro, inclusive no sentido de entendermos como certos comportamentos se mantiveram ou foram completamente alterados no Brasil do século XXI.

Del Priore e Venâncio (2010), Novais e Mello (1997), entre outros, afirmam que a historiografia pouco analisou a classe média desse período, como já dissemos anteriormente, a história, por muitas vezes, se preocupa com os grandes feitos de governadores, homens poderosos ou os oprimidos, como é o caso dos escravos. Dessa forma, segundo Novais e Mello (p. 132-133, 1997), “não é tarefa fácil recuperar o cotidiano no interior dos domicílios [...], uma vez que os registros [...] são extremamente raros”. Porém, ao nosso ver, falta os historiadores olharem com mais afinco para a Literatura, pois concordamos com Cândido (1970) no sentido de que *Memórias de um Sargento de Milícias*, ao contrário de Mário de Andrade, não se trata de um romance picaresco, mas sim um romance representativo, porque ele apresenta, como já amplamente discutido aqui, costumes e tradições de uma parcela específica da sociedade do Rio joanino, mas também é constituído pela dialética da ordem e desordem, transitando, com o personagem principal por esses dois polos durante a narrativa e demonstrando que a sociedade carioca do período não era algo estático, separada pelas elites e escravos apenas, como muito se faz transparecer em alguns outros romances e até mesmo em pesquisas historiográficas e sociológicas. Dessa maneira, se Novais e Mello (1997) apontam para a escassez de documentos históricos oficiais que embasaria uma pesquisa sobre as classes “menos vistas” pelos historiadores, então podemos dizer com firmeza, sustentados por todo o bojo da História Cultural, que a obra *Memória de um Sargento de Milícias*, sem medo de errar, é uma fonte de riqueza extrema para servir como fonte histórica para vários assuntos que dizem respeito à sociedade livre do Brasil oitocentista.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: Ática, 1996.

BARROS, José D'Assunção. **A Nova História Cultural** – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, n. 16, p. 38-63, 1º sem. 2011.

BLOCH, Marc Léopold Benjamin. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Biografia de Manuel Antônio de Almeida. disponível em:

<http://www.academia.org.br/academicos/manuel-antonio-de-almeida/biografia> acessado em: 16/04/2019.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

CÂNDIDO, Antônio. (1970). **Dialética da Malandragem**. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, (8), 67-89. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i8p67-89> acessado em: 28/04/2019.

CHARTIER, Roger. **O Mundo Como Representação**. Estudos Avançados, USP, São Paulo, 1991.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Algés, Portugal: Difel 82, 2002.

CHARTIER, Roger. **Defesa e Ilustração da Noção de Representação**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, edição nº 07, 1826. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/094170\\_01/6058](http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/6058) acessado em: 22/04/2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de (org). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

NOVAIS, Fernando A; SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da Vida Privada na América Portuguesa: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.